



CÂMARA MUNICIPAL DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FOLHA 03, PROC. 05/21
Alexandre da Costa Simões
AGÊNCIA LEGISLATIVA
Matr. 1

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 196, assegura a todos o direito à saúde, por intermédio da atuação do Estado, principalmente, visando reduzir os riscos de doenças e outros agravos delas decorrentes.

Insta consignar, por oportuno, que o referido preceito é ainda complementado pelo art. 2º, da Lei nº 8080/90: "Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício." O direito à saúde é uma garantia Constitucional a todas as pessoas, impondo ao Estado a obrigação de prestar a assistência integral à saúde e integrá-la às políticas públicas.

Ademais, o Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional, notadamente, quando da organização federativa, não pode se mostrar indiferente quanto à garantia dos direitos fundamentais, ao direito à saúde.

Dentre as ações que visem reduzir os riscos decorrentes de doenças e demais situações que possam comprometer a saúde do cidadão, cumpre destacar a atuação do Município, notadamente quanto à importância do profissional Fisioterapeuta.

O presente projeto de lei visa contribuir com a organização das ações e serviços de saúde no município garantindo ao fisioterapeuta suas prerrogativas com fulcro nas regulamentações próprias do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO).

Nesse sentido, requeremos o apoio dos nobres edis para aprovação deste projeto.

Comendador Levy Gasparian, 22 de novembro de 2021.

Diego Simões de Lima Salgado

Diego Simões de Lima Salgado

Vereador

Maria Aparecida Ribeiro

Vereadora

EMBRANCO

EMBRANCO

EMBRANCO